

BOLETIM SINTUNESP – 18/4/2008

A data-base 2008 já começou

É hora de mobilização e luta pelo fixo de 200,00, pela reposição de maio/2001 a abril/2008 e em defesa da universidade pública

Assembléias nas unidades até o dia 27 de abril devem discutir a mobilização. Fórum propõe paralisação no dia da primeira negociação com o Cruesp

A pauta unificada de reivindicações da data-base 2008 foi protocolada pelo Fórum das Seis, no dia 3 de abril, junto ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp). A entrega foi feita na reitoria da Unesp, uma vez que o reitor Marcos Macari é o atual presidente do Cruesp. Estavam presentes representantes de todas as entidades que compõem o Fórum das Seis, entre elas o Sintunesp.

Reunido no dia 16 de abril, o Fórum aprovou o indicativo de realização de assembléias em todas as unidades até o dia 27 de abril. Nelas, devem ser discutidos os eixos da mobilização e a preparação de uma paralisação para o dia da primeira negociação com os reitores. O Fórum já enviou ofício ao Cruesp, solicitando o início das negociações para os dias 5 ou 6 de maio. Os pontos a serem discutidos neste primeiro encontro devem ser: data-base, permanência estudantil e democratização das universidades.

No dia 28, às 14 horas, o Fórum volta a se reunir.

Reajuste salarial

A pauta unificada de 2008 reafirma a reivindicação de reajuste fixo (R\$ 200,00) para todos, além da reposição das perdas do período maio/2001 a abril/2008. Abaixo, acompanhe a íntegra da pauta.

Bandeiras de luta

A campanha salarial 2008 terá como bandeiras de luta:

- Pleitear junto à Assembléia Legislativa de SP (Alesp) o pagamento de 30 dias em pecúnia da licença-prêmio, conforme aprovado para professores da rede pública e policiais militares;
- Lutar a favor da retirada do Fator Previdenciário, já votado e aprovado no Senado;
- Lutar pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme proposta da sociedade paulista;
- Exigir que o repasse para as universidades seja vinculado à arrecadação da receita bruta do estado e que isso esteja garantido na Constituição Estadual e não apenas na LDO.

ICMS cresceu 9% em 2007. Qual será a desculpa dos reitores neste ano?

De acordo com relatório da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, de janeiro de 2008, “no acumulado do ano de 2007, a arrecadação de ICMS atingiu o valor de 46,061 bilhões, apresentando crescimento de 9% frente ao ano anterior”.

Ainda segundo a Secretaria da Fazenda, “... o crescimento de 9% supera as taxas esperadas de crescimento do Produto Interno Bruto nacional para o ano findo. ... Para além desses resultados, pode-se identificar perspectivas favoráveis, considerando-se que a manutenção da estabilidade econômica e o crescimento do consumo (principalmente através do crédito) e do investimento, que sustentaram o crescimento da demanda interna em 2007, são variáveis que apresentam tendência de continuidade em 2008. ...”

Os dados do próprio governo mostram que a arrecadação do ICMS, que determina as verbas para as universidades públicas, vai muito bem, obrigado!

Em 2007, os reitores haviam dito, em comunicado oficial, que concederiam a parcela fixa do reajuste (R\$ 200,00) caso a arrecadação anual do ICMS ultrapassasse o valor de R\$ 43,620 bilhões. Dos recursos adicionais, a partir desse valor, 75% iriam para o pagamento de parcela fixa; 20% para investimentos em ensino, pesquisa e extensão; e 5% para a assistência estudantil.

Como foi exaustivamente divulgado, nossos reitores não honraram a palavra. A arrecadação ultrapassou em mais de R\$ 2,4 bilhões o limite para que a promessa fosse cumprida. Se tivesse sido pago desde maio/07, o reajuste fixo teria representado um acréscimo aproximado de apenas 2,9% no gasto salarial do ano passado.

Em 2008, vamos intensificar a luta! Que os reitores concedam a parcela fixa!

Pauta unificada 2008

1. Salário

Reajuste salarial que recupere o poder aquisitivo de maio de 2001 pelo ICV-DIEESE, mais a incorporação ao salário base de parcela fixa, de acordo com as seguintes diretrizes:

I) Para os docentes, incorporação no salário base de parcela fixa, conforme a tabela a seguir:

| Regime | Parcela fixa (R\$) |
|--------|------------------------|
| RTP | $200 / 5,7691 = 34,67$ |
| RTC | $200 / 2,2727 = 88,00$ |
| RDIDP | 200 |

II) Para os funcionários técnico-administrativos, incorporação no salário base de R\$ 200,00 para as jornadas integrais e, para as outras jornadas, parcela fixa proporcional à razão entre a jornada em questão e a jornada integral.

2. Democratização

Democratização da estrutura administrativa, do funcionamento dos colegiados, e da gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza. Democratização do acesso e permanência estudantil.

3. Autonomia

a. Defesa da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza, conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 e revogação dos decretos do Governo José Serra que ferem a autonomia das universidades estaduais;

b. Manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

c. Não fragmentação dos diversos níveis de ensino;

d. Manutenção e aprofundamento do vínculo do Centro Paula Souza à Unesp (conforme a Resolução Unesp 63/95).

e.

4. Descriminalização dos movimentos:

Respeito à liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sociais, revogação das punições e retirada dos processos administrativos e judiciais contra quem lutou em defesa da universidade pública, pela liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sindical e estudantil.

5. Contratações

a. Contratação somente por concurso público de servidores técnico-administrativos e docentes.

b. Revogação das políticas que terceirizam e precarizam o trabalho e criação de cargos suficientes para atender às necessidades das universidades.

6. Investimentos

a. Compromisso do CRUESP com o aumento do investimento do Estado na Educação Pública em geral – 33% da receita total de impostos, incluindo 11,6% da quota-parte do Estado do ICMS para as universidades estaduais paulistas, 2,1% da quota-parte do Estado do ICMS para o Centro Paula Souza;

b. Incorporação de funcionários e professores da Escola de Engenharia de Lorena – EEL/USP (antiga Faenquil) no quadro de servidores da USP, com aporte de 0,07% da quota-parte do ICMS do Estado;

c. Dotação orçamentária específica para garantir políticas de acesso e permanência estudantil e sua ampliação nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza, que assegure condições de estudo rompendo com a lógica da bolsa-trabalho, que faz com que estudantes ocupem postos de

trabalho nas universidades. A bolsa-estudo deve ser um instrumento para que o conhecimento adquirido na universidade seja aplicado na sociedade;

d. Isonomia e paridade entre aposentados e pessoal da ativa.

7. Hospitais

Compromisso de manter a vinculação dos Hospitais Universitários com as universidades, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento e melhoria do atendimento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;

8. Implementação do Artigo 40, parágrafo 4º da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos nos casos de atividades exercidas em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física dos trabalhadores;

9. Implementação da licença-maternidade de seis meses conforme faculta a legislação atual.